

----- A C T A N . º  
01-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE 16 FEVEREIRO DE 2006-----Aos dezasseis dias do mês de Fevereiro de  
2006, pelas 21,00 horas, reuniu a Assembleia Municipal de Torres Vedras, para uma sessão  
ordinária, no edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça do Município, nesta cidade, com a  
seguinte Ordem de Trabalhos.-----**Ponto 1** - Reconhecer o interesse  
público da obra dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento – Abastecimento de água ao  
Parque Empresarial - Parte das condutas, do Reservatório e da Estação Elevatória do Parque  
Empresarial, projectados para serem parcialmente implantados em Reserva Ecológica  
Nacional;-----  
-----**Ponto 2** - Eleição de representante da Assembleia Municipal para integrar o Conselho  
Consultivo do Hospital de Torres Vedras, nos termos do Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de  
Agosto;-----  
-----**Ponto 3** - Discussão do assunto “ Por um Município amigo do ambiente”  
-----**Ponto 4** - Apreciação de uma Exposição do Sr. Presidente da Câmara,  
a cerca da actividade Municipal, nos termos da  
Lei.-----Presidiu, o Sr. Alberto  
Manuel Avelino, tendo sido secretariado por António Fernando Alves Fortunato (Primeiro  
Secretário) e pela Sra. Mara Isabel Baptista Eleutério (Segundo Secretário).-----  
-----Estiveram presentes os membros da Assembleia Municipal, que se passa a  
indicar:-----Alfredo Manuel Bernardes dos Reis, José Afonso das Neves Carneiro  
Santos, Laura Maria Jesus Rodrigues, João António Flores Nunes da Cunha, António Carlos Nunes  
Carneiro, José Augusto Nozes Pires, José Manuel Rosa Correia, Marco Henriques Claudino, Ana  
Elisa Pedreira Martins, Dalila do Carmo Miranda de Jesus Carvalho, Jorge Henrique Horta Ferreira,  
António João Leal da Costa Bastos, José António do Vale Paulos, Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto,  
Gonçalo Filipe de Carvalho Patrocínio, Francisco Cruz Branco da Silva, António José de Oliveira  
Esteveira, Hugo Miguel Fernandes Martins, Paulo Adelino Esteves Gonçalves, Hugo Gerardo  
Fernandes Pereira Silva Lucas, Pedro dos Santos Ribeiro Mucharreira, Vitor Manuel Vitorino,  
Natalina Maria Martins Luís, Sérgio Armando Lopes Gomes, José Manuel Cristovão, João Francisco  
Mota Tomás, Paulo Jorge Marques Lourenço Marreneca, Francisco João da Fonseca Inácio, Mário  
das Dores Lopes, Celso Jorge Carvalhal de Carvalho, Nuno Ricardo Nunes Pereira, José Manuel  
Ferreira Antunes, Pedro Jorge da Vasa Santos, António Joaquim do Espírito Santo, José António  
Margaça, Horácio Orlando da Silva, João António Gomes Varela, António Paulo Veloso Martins  
Bento, Mário Manuel Jesus Miranda, António Filipe Narciso dos Santos, Carlos Alberto Lopes  
Veloso, Rui José Prudêncio e Susana Maria Ribeiro das

Neves.-----

-----Faltou o membro José Alberto Ferreira Menino.-----

-----Estiveram ainda presentes o Sr. Presidente da Câmara, Carlos Manuel Soares Miguel e os Srs. Vereadores Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes, Cristina Luzia Pereira de Abreu Castelo Branco, Rita João Maya Gomes Sammer, Tomé da Costa Borges, Carlos Manuel Antunes Bernardes, Carlos Manuel Pires de Pina, Sérgio Paulo Matias Galvão e Joaquim Alberto Caetano Dinis.-----

**A P R E S E N T A Ç Ã O D A S A C T A S**

**ANTERIORES:**-----O Sr. Presidente da Mesa informou que a acta n.º 8 de 25 de Novembro do ano findo, e que foi previamente distribuída por todos os membros, se encontravam na mesa a fim se efectuarem eventuais correcções.-----

-----Não se registam alterações tendo Assembleia Municipal tomado conhecimento.-----

**L E I T U R A D A**

**CORRESPONDÊNCIA:**-----O primeiro secretário, Sr. António Fortunato passou a ler a correspondência recebida pela mesa, tendo os documento sido numerados e rubricados, os quais irão ficar arquivados em pasta própria, anexa ao livro das actas.-----

Anota-se que foram numerados 10 documentos que a seguir se indicam:-----

**D O C U M E N T O 1 :**

-----Ofício número 22254, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 28 de Dezembro do ano transacto, a dar conhecimento da comunicação remetida ao Ministro do Estado e da Administração Interna sobre as aludidas noticias emitidas sobre encerramento de esquadras, solicitando informações sobre o assunto.-----

**DOCUMENTO**

**2:**-----Ofício número 22285, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 28 de Dezembro último, a dar conhecimento que o EP – Estradas de Portugal, E.P:E informam que a empreitada de requalificação da EN9 – Troço compreendido entre S. Pedro da Cadeira e Merceana, encontra-se na fase de análise das propostas, não se sabendo ainda qual a data para o seu início.-----

**SUBSTITUIÇÕES AO ABRIGO DO ART.º 78 DA LEI 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, NA SUA ACTUAL REDACÇÃO:**-----

**D O C U M E N T O 3 :**

-----E-mail de José Augusto Clemente de Carvalho, de 15 de Fevereiro, a informar que ao abrigo da lei em título, se encontra ausente até 18 de Fevereiro, pelo que solicita a sua substituição.-----Foi

convocado para o seu lugar a Sra. Susana Maria Ribeiro das Neves.-----

**DOCUMENTO** 4 **:**

-----E-mail de Luís Pedro Saldanha Miranda, de 15 de Fevereiro, a informar que se encontra ausente de 15 a 19 de Fevereiro, pelo que não poderá estar presente na sessão, e solicita a sua substituição ao abrigo da lei em título.-----Foi convocado para o seu lugar o Sr. Rui José Prudêncio.-----

**JUSTIFICAÇÕES DE FALTAS:**-----

**DOCUMENTO 5:**-----

-----Fax de Gonçalo Patrocínio, de 20.12.06, a informar que se encontrava ausente do concelho, por motivos profissionais, pelo que não pode comparecer à sessão de 16 de Dezembro último.-----

**DOCUMENTO** 6 **:**

-----Fax de José Manuel Cristóvão, de 21.12.06, a informar que por motivos profissionais não pode comparecer à sessão ordinária de 19 de Dezembro do ano transacto.-----

**DOCUMENTO** 7 **:**

-----Carta de Paulo Adelino Esteves Gonçalves, de 21 de Dezembro, a solicitar a justificação da sua falta à sessão de 19 de Dezembro do ano transacto, por motivos profissionais.-----

**DOCUMENTO 8:**-----

-----Carta de Pedro Jorge Vasa dos Santos, de 22 de Dezembro, a solicitar a justificação da sua falta, à sessão de 19 de Dezembro, devido a se encontrar a frequentar uma acção de formação.-----

**DOCUMENTO 9:**-----

-----Carta de Horácio Orlando da Silva, de 22 de Dezembro, a apresentar a justificação da sua falta à sessão de 12 de Dezembro último, por motivos profissionais.-----

**DOCUMENTO 10:**-----

-----Carta de Carlos Alberto Lopes Veloso, de 22 de Dezembro, a solicitar a justificação da sua falta à sessão de 19 de Dezembro último, por motivo da realização da Assembleia da Junta de Freguesia.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento de toda a correspondência recebida e a Mesa da Assembleia Deliberou aceitar todas as justificações de faltas apresentadas.-----

-----Teve início o período antes da ordem do dia.-----

**VOTO DE Pesar - FRANCISCO**

**FONSECA:**-----O Sr. José Correia pediu a

palavra para lamentar a morte do Sr. Francisco Fonseca, sócio n.º 1 da Física, e filho de Vítor

Cesário da Fonseca, um dos seus fundadores, e um dos responsáveis pelo desenvolvimento e criação de algumas das actividades desportivas que ainda hoje são praticadas.-----Assim, em seu nome pessoal, da Física e também em nome dos torrienses, dirigiu uma palavra amiga aos filhos, aos netos e restantes família, com um voto sentido de pêsames, pelo falecimento deste cidadão torriense impar.-----A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade este voto, o qual será dado conhecimento à família do falecido.-----

**DOIS PORTOS** -----

**OBRAS** :-----O *Sr. Alfredo Bernardes* solicitou que fossem prestados alguns esclarecimentos referentes às obras que foram iniciadas há já algum tempo nas curvas da Ribaldeira, as quais pararam e não se vislumbra a sua continuação.-----O *Sr. Presidente da Câmara* começou por lembrar que se trata de uma estrada nacional, cuja intervenção compete ao EP. No entanto devido à falta de intervenção desta entidade, a autarquia elaborou um projecto, que foi aprovado, e é uma obra que está programada para executar em 2006 em parceria com a Junta de Freguesia de Dois Portos.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**POLIDESCOBERTO DA**

**MACEIRA**:-----O *Sr. Alfredo Bernardes* questionou qual o ponto da situação do equipamento em título no que se refere ao projecto e terreno, tendo presente que se trata de uma promessa da Junta de Freguesia à população, e que existe uma associação local que também já tinha também pensado avançar com esse projecto.-----

O *Sr. Presidente da Câmara* informou que a obra em questão é um objectivo e desígnio quer da autarquia quer da Junta de Freguesia. O local que consideram o melhor para a sua construção não está disponível, e estão a aguardar o momento oportuno para negociar o terreno, existindo contudo uma outra hipótese caso esta se revele impraticável.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**ENCERRAMENTO** ----- **DE**

**ESQUADRAS**:-----O *Sr. Nozes Pires* tomou a palavra para afirmar que se revia com o conteúdo do ofício sobre o assunto em título, que a autarquia enviou ao Senhor Ministro do Estado e da Administração Interna.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**RUA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS**:-----

-----O *Sr. Nozes Pires* alertou que a rua supra identificada, termina abruptamente sem espaço público, com os veículos a estacionarem indevidamente, e solicitou que fosse dada atenção ao problema.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* disse ter conhecimento da situação, e uma vez que algumas obras também são da competência do promotor a autarquia já encetou negociações com o mesmo, apontando para o início de Maio para a conclusão da obra.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**COMEMORAÇÕES DO 32.º ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL:**-----

O *Sr. Nozes Pires* inquiriu se já estava em curso o programa para as comemorações em título.-----O *Sr. Presidente da Câmara* informou que ainda não existe programa, mas será dentro do modelo que tem vindo a ser praticado, ou seja a descentralização das comemorações pelas freguesias do concelho.-----

-A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**REFER – MANIFESTAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO ARENES CONTRA O ENCERRAMENTO DO ACESSO À ESTAÇÃO DA CP:**-----

O *Sr. Nozes Pires*, aludindo aos recentes problemas ocorridos sobre o acesso à via férrea, lembrou que quando os mesmos forem sanados, a solução encontrada deveria ter em conta os deficientes.-----

-----O *Sr. Presidente da Câmara* começou por lembrar que já no mandato anterior tinha dado conhecimento à Assembleia desta situação, uma vez que em Fevereiro de 2005, em resposta a um ofício da autarquia que pedia a colocação da passadeira que tinha sido retirada, a Refer respondeu que não a colocariam e não iriam permitir que as pessoas passassem por lá. No entanto na prática constataram que tinha actuado de forma diferente, ou seja tinha recolocado a passadeira de betão, e tiveram esperança que tudo estivesse normalizado.-----

-----Prosseguiu informando que em Dezembro último a autarquia embargou umas obras que a Refer fez dado que não deram conhecimento, a que se seguiu os acontecimentos do conhecimento de todos e veiculados pela imprensa local.-----Mais informou que a Refer garantiu que a passagem continuaria aberta até se encontrar uma solução definitiva, e estava agendada uma reunião para a próxima terça-feira.-----Por fim lembrou até ao dia de hoje, embora fosse legítimo colocar-se o problema da segurança, este efectivamente nunca foi posto, porque nunca se registou qualquer acidente. Considerava que a

própria Refer criou um problema onde não existia, e presentemente a questão prendia-se em encontrar um local mais indicado para a passagem, sem ser o actual, o que tornará mais difícil encontrar uma solução.-----A

Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

### TEATRO-

CINE:-----O **Sr.**

*Nozes Pires* referiu que a programação do Teatro-Cine lhe parecia no geral excelente, contudo ainda não continha ciclos de cinema.-----O **Sr.**

*Presidente da Câmara* disse que estava em sintonia com o membro no que se referia à programação.

Lembrou que só se projectava cinema no Teatro Cine devido à ausência de outra infraestrutura na cidade para o efeito.-----No entanto,

tendo também presente a actual situação do Varatojo, tinham intenção de denunciar o contrato que acaba em Maio com a Lusomundo, para avançar para uma programação por ciclos.-----A

Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

### CARNAVAL

2006:-----O **Sr.**

*Nozes Pires* solicitou que fosse dada alguma atenção à escolha da musica ambiente para ser difundida durante o Carnaval, uma vez que lhe parece muito repetitiva e de pouca qualidade.-----A Assembleia Municipal tomou

conhecimento.-----

### FALTA DE ÁGUA - RUA HENRIQUES

NOGUEIRA:-----O membro *Marco Claudino*, deu nota

que se tem verificado ultimamente falta de água na artéria acima identificada. Como morador e membro deste órgão, e tendo lido no FrenteOeste que o Administrador dos SMAS disse: “a conduta tem 40 anos e está no plano de obras, vamos ver se conseguimos realizá-la”, manifestou a sua preocupação com esta mera intenção.-----O **Sr. Presidente da Câmara** informou

que a falta de água deve-se ao facto das tubagens serem antigas, mas estava equacionado pelos SMAS intervir nesta rua rapidamente.-----A Assembleia Municipal tomou

conhecimento-----

EN9:-----

-----O **Sr. Francisco Branco** fez uma declaração de descontentamento e indignação contra os atrasos verificados com as obras de recuperação da EN9. Tratava-se de uma via crucial para o desenvolvimento económico de Torres Vedras e apesar do constante empenhamento dos Executivos aos longo dos anos e independentemente da culpa poder ser atribuída aos diversos governos ou aos

empregueiros, as obras não avançavam.-----O *Sr. Presidente da Câmara* manifestou-se solidário com esta intervenção, dando nota há muito que o EP informou a autarquia que esta via iria ser intervencionada no último trimestre de 2005, mas tinha conhecimento que existiram problemas com o concurso, esperando contudo que se resolva rapidamente para ver estas condições melhoradas.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

#### PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A CMTV E O

IST:-----O *Sr. Pedro Mucharreira* reportou-se ao protocolo em título, que foi celebrado recentemente sobre a problemática das radiações electromagnéticas, e na qualidade de membro deste órgão e antigo coordenador da comissão criada para acompanhar o assunto, solicitou o acesso ao relatório final, embora previsse quais os seus resultados.-----Assim e perante os resultados que se adivinham da não nocividade perto das BTS, alertou o Presidente da Câmara para a possibilidade das operadores aproveitarem este facto e colocarem em questão o regulamento aprovado por esta Assembleia Municipal.-----O *Sr. Presidente da Câmara* lembrou que se trata de um regulamento municipal, elaborado de acordo com a lei em vigor e como tal as operadores têm que o cumprir.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

#### VARIANTE DA PONTE

ROL:-----O Presidente de Junta

de Freguesia de Ponte do Rol, *Sr. Pedro Vasa* aludindo a uma recente entrevista que o Sr. Presidente da Câmara deu num jornal local, em que mencionou a Variante da Ponte do Rol como sendo a mais necessária, frisou que no seu entender, não se trata da melhor solução.-----

-----Indicou que eram totalmente contra executar uma variante por RAN e por REN, que foi o estudo inicial do EP, sendo que este assunto devia ser ponderado e antes de ser publicado nos jornais, como parte integrante e interessada, a Freguesia da Ponte de Rol devia ter uma opinião.-----O *Sr. Presidente da Câmara* esclareceu que apenas referiu da

necessidade de uma variante à Ponte do Rol, sem se pronunciar sobre o melhor traçado e que presentemente apenas existia um estudo, tratando-se de uma questão de se encontrar a melhor solução.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

#### EXPLORAÇÃO DE BARES NO

CARNAVAL:-----O Presidente de Junta de

Freguesia de Ponte do Rol, **Sr. Pedro Vasa** questionou como é que funcionava a exclusividade dos bares dentro do recinto do Carnaval.-----O **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que a organização do Carnaval era uma competência da Promotorres, e a adjudicação dos bares era feita de método idêntico ao dos anos transactos sendo feitos convites a uma série de identidades para apresentação de propostas sobre a exploração de um conjunto de bares no interior do recinto, sobre as quais a comissão deliberava pela melhor proposta.-----O autarca da Ponte do Rol **Sr. Pedro Vasa** manifestou o seu descontentamento com a resposta, solicitando que o Vereador do Sector, presente na sala prestasse os devidos esclarecimentos, uma vez que tinha conhecimento que não tinha sido a melhor proposta que tinha ganho.-----O **Sr. Presidente da Câmara** esclareceu que o concessionário do ano anterior tinha preferência pela melhor proposta no ano seguinte, situação que era comunicada a todos os concorrentes quando era feito o convite.-----

Nesta altura interveio o Presidente da Mesa, **Sr. Alberto Avelino** para fazer notar que era um direito de todos os membros questionar a Câmara através de requerimento dirigido à mesa, solicitando que o membro procedesse em conformidade.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**COMUNIDADE URBANA DO**

**OESTE:**-----O **Sr. Sérgio Jacinto** fez uso da palavra para apresentar o seu profundo protesto contra a Comunidade Urbana do Oeste.-----Lembrou que há algum tempo atrás, foram eleitos para uma assembleia dita supra municipal, ou seja um órgão regional, dos muitos que oportunamente foram criados pelo anterior governo, e parecia-lhe que esse não era o problema porquanto outras assembleia de outras comunidades urbanas e de outras áreas têm estado a funcionar com alguma normalidade, parecendo-lhe que o mesmo não se passava na ComUrb Oeste.-----Deste modo questionou os Srs. Presidentes da Assembleia e da Câmara, e os outros membros eleitos, se eventualmente teriam mais alguma informação sobre a matéria, uma vez que houve eleições autárquicas, e segundo a lei, o mandato da ComUrb Oeste ou dos membros da Assembleia, cessaram nessa data, desconhecendo quando é que estão previstas novas eleições.-----Apesar de como muitos milhares de portugueses também o seu salário estar congelado durante o ano de 2006, e não eram as senhas de presença que o faziam comer melhor, também nada sabia sobre esta matéria. -----O Presidente da Mesa, **Sr. Alberto Avelino** manifestou também o seu desagrado com a falta de informação evidenciada, o que só desacreditava a instituição, informando oficiaria a ComUrb Oeste, dando conhecimento deste protesto e solicitando os respectivos esclarecimentos.-----

-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**EN 8** - **VALE** **O ÁSIS:**

-----O Presidente de Junta de Freguesia de A-dos-Cunhados, **Sr. Vítor Vitorino** deu nota da ocorrência de mais uma morte devido a um acidente junto ao restaurante em título, lamentando que esta situação já se arraste há muito tempo sem que nada seja feito.-----Uma vez que há remeteu vários ofícios à EP – Estradas de Portugal, E.P.E., que nunca foram respondidos, a sua intervenção era no sentido de apelar aos órgãos da autarquia, que diligenciem junto desta entidade, para que este problema seja sanado.-----Ainda na EN8 deu nota dos problemas de congestionamento de trânsito resultantes do entroncamento que foi construído, e que a subida de Paio Correia deveria contemplar 2 faixas de rodagem, tendo em conta número diário de camiões que ali circulam.-----O **Sr. Presidente da Câmara** assentiu que também se tratava de uma preocupação da autarquia, a qual manifestaria junto da EP.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**CARVOEIRA - DISTRIBUIÇÃO DE ECOPONTOS -**

**RESIOESTE:**-----O Presidente de Junta de Freguesia da Carvoeira, **Sr. José Manuel Cristóvão** deu nota que a Resioeste sem consultar a junta, colocou Ecopontos em cima dos passeios, que obstruem a passagem, tendo também retirado vidrões de alguns locais o que dificulta a triagem.-----Neste sentido, e tendo presente que o carro de recolha é de grandes dimensões mas existem locais melhores e mais acessíveis onde os Ecopontos podem ser colocados, a p e l a v a q u e f o s s e m recolocados.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** deu nota que a colocação dos Ecopontos era da competência da Resioeste a q u e m f a r i a m c h e g a r e s t e lamento.-----A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

**TRANSITO** -

**SEGURANÇA:**-----O **Sr. Flores da Cunha** alertou que no cruzamento Palhagueiras/Casalinhos/Povoa Penafirme tem ocorrido alguns acidentes com uma certa gravidade, solicitando que este cruzamento fosse melhorado.-----

-----Deu nota ainda que no entroncamento da Perna de Pau, existe à esquerda uma abertura para o Bairro do Hilarião que os condutores utilizam e devia ser cortado.-----A Assembleia Municipal tomou

conhecimento.-----

**MOÇÃO:**-----

-----O Primeiro Secretário, Sr. António Fortunato leu o documento que a seguir se transcreve:-----“ Considerando que a burocracia envolve a actualização dos dados constantes nos cartões de utente do sistema nacional de saúde, que conduzem automaticamente a uma mudança de cartão, a Assembleia Municipal de Torres Vedras delibera:-----1 – Considerar surrealista a actual situação, tanto mais que o SPA – Sector Público Administrativo também estará a ser objecto do tão badalado “Plano Tecnológico”. O que sucede é que para qualquer alteração nos dados constantes dos cartões de saúde é necessário entregar o actual cartão e esperar intermináveis meses por um novo, sendo que, exteriormente, completamente igual ao mais antigo (perda ou acesso a ADSE, isenção de taxas moderadoras, perda ou acesso a isenções devido a dídivas de sangue, etc).-----2 - Alertar para os elevados custos para a Administração Pública, fruto desta situação que não faz qualquer sentido, numa altura que vivemos na designada era digital.-----3 – Propor desde já a manutenção do mesmo cartão, igual para todos os cidadãos. Todas as alterações referentes ao indivíduo em questão deverão ser informaticamente inseridas aquando da ligação do respectivo ao terminal.-----Pedro Ribeiro

Mucharreira (PSD).”-----O **Sr. José Correia** disse que lamentava, tal como na moção que existem determinados tipos de processos de apoio ao cidadão continuassem a correr de forma que não era agradável e não faz sentido.-----

-----No entanto sabendo da vontade de mudança, referindo-se concretamente ao estudo em curso de um cartão de cidadão que envolverá várias funcionalidades, e que permitirá a diminuição de cartões O Grupo Municipal do PS não podia apoiar de forma alguma a moção, uma vez que entendiam que muitos dos termos não eram os mais convenientes para a Assembleia Municipal poder votar f a v o r a v e l m e n t e u m d o c u m e n t o d e s t a natureza.-----O **Sr. Pedro Mucharreira** disse

que se o colega indicasse quais eram os termos em causa, poderiam chegar a algum consenso dado também ter referido a pertinência do objecto de fundo que estava a ser analisado.-----O **Sr.**

**Flores da Cunha** declarou que seria óptimo a implementação do cartão de cidadão referido pelo colega, e esperava que fosse o mais breve possível. Tinham que diminuir a burocracia e um cartão único resolveria os problemas todos.-----O **Sr.**

**Nozes Pires** manifestou a posição de abstenção da Coligação Democrática Unitária em relação ao

documento em título, dado que não possuía informações para uma proposta que lhe parecia radical e cuja linguagem não se identificava.-----O **Sr. José Correia** fez notar que alterar toda a semântica da moção iria concerteza mudar o seu sentido, não sabendo até que ponto isso seria aceitável. Corroborou as palavras do Sr. Nozes Pires, uma vez que o objecto da moção estava fora do alcance do Órgão Deliberativo em termos de competência.-----

-----Teve novamente a palavra o proponente da moção **Sr. Pedro Mucharreira** que frisou que cada bancada estava no livre direito de tecer as suas opiniões e considerações e reflecti-las na votação.-----Lembrou também que está estatuído no regimento desta Assembleia Municipal, que os seus membros podem tecer considerações e elaborar moções de acordo com os assuntos de âmbito de relevo não só municipal mas também nacional.-----Não se registando mais intervenções a Assembleia Municipal passou à votação da moção, a qual foi reprovada com 26 votos contra, 11 a favor e 5 abstenções.-----

-----Anota-se que estavam presentes da sala 42 membros.-----

**PONTO 1 - RECONHECER O INTERESSE PÚBLICO DA OBRA DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO – ABASTECIMENTO DE ÁGUA AO PARQUE EMPRESARIAL - PARTE DAS CONDUTAS, DO RESERVATÓRIO E DA ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DO PARQUE EMPRESARIAL, PROJECTADOS PARA SEREM PARCIALMENTE IMPLANTADOS EM RESERVA ECOLÓGICA NACIONAL;**-----

-----Ofício número1972, da Câmara Municipal de Torres Vedras, de 8 de Fevereiro, a remeter o processo em título, para efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do art.º 4 do Decreto –Lei n.º 93/90 de 19/03, reconhecer o interesse público da obra.-----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** informou que se trata uma pequena expropriação para a colocação de uma estação elevatória, uma vez que não conseguiram chegar a acordo com os proprietários do terreno.

-----O

**Sr. José Afonso** começou por indicar que o Grupo Municipal do Partido Social Democrata iria votar favoravelmente.-----

Depois e tendo presente a posição sempre manifestada pela sua bancada em relação ao mau negócio que a autarquia fez, mas que tem que avançar porque não tem alternativa disse que iria colocar algumas questões que lhe pareciam importantes para a votação em curso.-----

Assim inquiriu quais as indústrias já programadas para os 10 ha em questão, e se existiam ou não interessados para ali se instalarem, se a TvPar já tinha iniciado ou se iria iniciar o pagamento dos 961 mil € previstos no protocolo, relativos ao valor que o município deveria ser ressarcido em termos dos suprimentos resultantes da valorização dos terrenos e ainda se estava previsto ou não

alguma compensação financeira da autarquia para os SMAS para este investimento nestas condutas.-----O *Sr. Presidente da Câmara* disse que trata-se de um investimento necessário uma vez que existe um protocolo que obriga a Câmara a colocar infraestruturas às portas do loteamento em questão.-----

-----Enquadrando nessa situação, mais esclareceu no mandato anterior tinham aprovado um pagamento em espécie que se traduz na TvPar substituir-se à Câmara na construção da via de acesso, sendo a verba prevista muito idêntica à verba em dívida, e deste modo não iria ser feito o pagamento em numerário mas em espécie.-----No que se refere às indústrias programadas para o local, a questão que se coloca prende-se, não com a falta de clientes, mas com a sua escolha, ou seja se não houver cuidado facilmente os lotes seriam vendidos para revenda. Frisou que esta situação não interessa à Câmara e tem alertado para que não aconteça.-----Não se registando mais intervenções o Presidente da Mesa submeteu à votação o ponto em apreço.-----

-----A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, reconhecer o interesse público da obra dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento – Abastecimento de água ao Parque Empresarial - Parte das condutas, do Reservatório e da Estação Elevatória do Parque Empresarial, projectados para serem parcialmente implantados em Reserva Ecológica Nacional .-----Anota-se que estavam presentes na sala 45 membros.-----

**PONTO 2 - ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR O CONSELHO CONSULTIVO DO HOSPITAL DE TORRES VEDRAS, NOS TERMOS DO DECRETO-LEI N.º 188/2003, DE 20 DE AGOSTO;**-----

-----Presente ofício n.º 629/05, do Centro Hospitalar de Torres Vedras, de 19 de Dezembro de 2005, a solicitar um representante da Assembleia Municipal, a fim de integrar o Conselho Consultivo do Hospital de Torres Vedras.-----

-----O Presidente da Mesa, *Sr. Alberto Avelino* anunciou que tinham sido entregues na mesa propostas do Partido Social Democrata e do Partido Socialista, que se transcrevem:-----**Proposta**

**A** :-----“Para efeitos do ponto 2 da ordem de trabalhos da Assembleia de Torres Vedras a realizar em 16 de Fevereiro 2006, o Grupo Municipal do Partido Social Democrata propõe o nome do membro da Assembleia Municipal, João António Flores Nunes da Cunha para integrar o Conselho Consultivo do centro Hospitalar de Torres Vedras.-----

-----**Proposta B:**-----

-----“O grupo Municipal do Partido Socialista apresenta como considerar para integrar o Conselho Consultivo do Hospital de Torres Vedras, a sua deputada Ana Elisa Martins”-----De seguida deu a palavra ao *Sr. Flores da Cunha*, um dos candidatos, que começou por dizer que era uma boa oportunidade para falar acerca dos problemas de saúde, tendo presente que se iria proceder à eleição do representante deste órgão para estar presente num conselho que tem competências de emitir recomendações para o melhor funcionamento da instituição, no sentido de prestar melhores condições ao seu concelho.-----Lembrou que este governo aprovou legislação que veio reformular o que até agora se tem processado em termos de cuidados primários de saúde, e essa legislação reflecte-se em todos os cuidados, quer nos hospitalares quer nos cuidados continuados, o que tinha a ver com o funcionamento do hospital e com as propostas que existem.-----Lembrou ainda que nesta data foi publicado um normativo sobre as unidades familiares de saúde, que vão ser os sucedâneos dos centros de saúde, que podem vir a ser geridas, em determinado nível, pela autarquia e juntas de freguesia, e que vão passar a ter um determinado número de utentes que vai variar entre os 4000 e os 14 000 utentes.-----Fez notar que vai haver uma reformulação em todas as zonas rurais no sentido de unificar as unidades que hoje existem nas sedes de freguesia, e chamou a atenção dos Presidentes de Junta presentes para estarem atentos, porque a política que se quer implementar não é para vir prejudicar as populações, porque uma unidade de saúde de qualidade tem que ter uma certa dimensão, no sentido de poderem ser parceiros quando estas alterações forem implementadas.-----Por outro lado frisou ser fundamental que o hospital de Torres Vedras passe a ter algumas especialidades que fazem falta ao concelho, que o Centro de Saúde e as futuras unidades familiares não vão ter, lembrando que não existem consultas de Oftalmologia.-----Por fim apelou a quem for eleito, que tenha em atenção a defesa dos interesses dos utentes, verifique as consultas que fazem falta, mantendo um contacto directo com os Presidentes de Junta, e que tenha em atenção, relativamente aos hospitalares, a questão dos cuidados continuados.-----Por último e em relação aos cuidados continuados, lembrou que as camas hospitalares não podem ser depósito de doentes, sendo necessário a existência de infraestruturas exteriores, no qual as Instituições de Solidariedade Privadas, as Juntas de Freguesia e a Câmara têm uma palavra a dizer.-----

-----O *Sr. António Carneiro* agradeceu a intervenção do colega, mas assegurou que a candidata do Partido Socialista, pela sua formação técnico jurídica, e pela sua maneira de ser, tinha qualidades para enfrentar este tipo de desafio e lutar por esse tipo de soluções.-----Tomou a palavra a *Sra. Ana Elisa*, que começou por

dizer que as competências estatuídas neste Decreto Lei eram um pouco limitadas.-----No entanto a sua primeira preocupação seria averiguar se é possível ou não ter mais serviços e de que forma podem ser prestados, e principalmente tentar apurar junto dos profissionais de saúde, quais são realmente as primeiras necessidades. Também saber como é que o cidadão comum olha para o Centro Hospitalar, o que espera desta instituição e como quer ser atendido, e ainda quais são os cuidados que acha que são mais prementes.-----Pretendia deixar um pouco as teorias de lado e a legislação, porque não eram legisladores, mas tinham que saber lidar com os normativos que estão em vigor e fazer o melhor dentro disso.-----De seguida procedeu-se à votação por escrutínio secreto, conforme estipula o n.º 3 do art.º 90.º da Lei 169/99, de 18.09, na sua actual redacção. -----Proposta A – catorze votos a favor.-----Proposta B – vinte e nove votos a favor.-----Branco – três votos.-----Anota-se que votaram quarenta e seis membros.-----

----A Assembleia Municipal de Torres Vedras elegeu como seu representante para integrar o Conselho Consultivo do Hospital de Torres Vedras, nos termos do Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de Agosto, o membro Ana Elisa Pedreira Martins.-----

**PONTO 3 - DISCUSSÃO DO ASSUNTO “ POR UM MUNICÍPIO AMIGO DO AMBIENTE”;**-----

-----Presente Moção subscrita pelo membro Sérgio Jacinto que se transcreve:-----“A Assembleia Municipal de Torres Vedras é o primeiro órgão do Município de Torres Vedras.-----Nela estão representados, através de eleições livres, os Municípes Torrienses.-----Por isso, não pode descurar o papel fundamental que se lhe exige, o de ser a entidade representativa dos Torrienses, assumindo-se como uma das principais responsáveis pela educação da população do Município, no que ao exercício da sua Cidadania diz respeito.-----No sentido de aprofundar uma maior consciência e consequente prática de acções direccionadas para a prevenção e resolução de problemas ambientais, o Plenário da Assembleia Municipal de Torres Vedras recomenda ao Digníssimo Executivo Municipal o seguinte:-----1 – A criação de um plano integrado de gestão dos resíduos de todos os órgãos e edificios Municipais. A esse plano devem estar subjacentes medidas de prevenção e resolução que passam pela organização de uma lista de objectivos anuais a cumprir.-----2 – A implementação imediata nos Órgãos do Município de um sistema de promoção da utilização racional de materiais e equipamentos que deve complementar:-----a) Organização de triagem (contentores específicos

para os resíduos);-----b) Dar preferência na compra de materiais e equipamentos que utilizem produtos reciclados e ou recicláveis;-----  
-----c) Distribuição dos diversos Documentos, cuja quantidade de papel seja excessiva, considerando-se excessiva mais de 10 folhas, em suporte digital;-----d) Utilização de papel reciclado;-----e) Fornecimento de bebidas em garrafas de “pet”;-----f) Nas casas de banho recomenda-se a utilização de rolos de toalhas e/ou de secadores térmicos a frio em vez de rolos de papel para limpar as mãos;-----g) Instituição da obrigatoriedade da apresentação de fichas técnicas dos materiais por parte dos fornecedores, que demonstrem que cumprem a Directiva máquinas, o que significa que a todos os materiais adquiridos pela Autarquia para consumo interno devem estar inerentes as boas práticas de ambiente e segurança no trabalho.-----h) A mesma Directiva impõe-se a todos os projectos que sejam promovidos, no futuro, pela Autarquia, como sejam projectos de construção e ou reconstrução.-----Em todos eles deverá ser exigido aos projectistas e engenheiros o uso de materiais não agressores para o meio ambiente. Dá-se como exemplo as técnicas arquitectónicas de uso da luz normal, em detrimento da luz artificial.-----3 – A consolidação de um sistema de promoção da utilização racional de materiais e equipamentos implica, necessariamente, numa segunda fase, a criação de um sistema de gestão ambiental, de acordo com a norma institucional ISO 14001.-----Este sistema (SGA) permite executar a promoção dos edifícios da Autarquia como edifícios verdes, de acordo com a Directiva RSECE (Regulamento dos Sistemas Energéticos e de Climatização dos Edifícios), através de um plano de utilização eficiente de energia, que recomenda:-----Proceder a um diagnóstico em todos os edifícios da Autarquia para verificar o modo como se utiliza a energia;-----A utilização exclusiva de lâmpadas de alto rendimento luminoso;-----A instalação de sistemas de iluminação inteligentes;-----A instalação de sistemas de ar condicionado automáticos;-----A instalação de torneiras economizadoras de água, designadamente com sensores fotoeléctricos;-----A obrigação de criar um sistema de gestão técnica centralizada, ou seja, criar-se um sistema que permita controlar automaticamente os consumos de ar condicionado, iluminação, água, entre outros.-----

-----A implementação de todos estes sistemas de prevenção e resolução de âmbito ambiental resultam em grandes investimentos, mas que serão recuperáveis, a prazo, na poupança de consumo.-----A Construção do novo Mercado Municipal, das Piscinas Municipais e de outros edifícios Municipais previstos, bem como a reconstrução de outros, é uma importante oportunidade para que aí se crie um sistema de gestão ambiental, apoiado em todas as medidas propiciadoras de um ambiente.-----

----- Torres Vedras, 17 de Junho de 2005.”-----

-----Teve de seguida a palavra o proponente da moção, **Sr. Sérgio Jacinto**, que lembrou que em 17 de Junho do ano transacto, apresentou a moção acima transcrita, tendo na altura entendido o Presidente da Mesa devolvê-la à Câmara para apreciação, sem discussão, o que acedeu, e desde então a CMTV tem vindo e bem a tomar algumas medidas nesta área ambiental.-----Prosseguiu indicando que embora não fosse um especialista na área, entendia que era daquelas pessoas que prestam alguma atenção e tinha alguma particular sensibilidade com as questões ambientais, que cada vez mais os preocupava a todos.-----Disse também que as propostas não eram susceptíveis em questões de ordem política, nem semântica, nem adjectivação etc, e que estava redigida em termos consensuais. Fez notar que teve oportunidade de antes de a apresentar, mostrá-la a alguns amigos especialistas e formados na área do ambiente que não fizeram nenhum reparo em especial, antes pelo contrário.-----Deste modo pensava que se tratava de um documento claro e objectivo e apenas a forma ou o tempo exacto da sua implementação poderia eventualmente suscitar alguma discussão, na medida em que poderiam estar em causa prazos de concursos públicos, questões orçamentais etc, mas isso o Executivo saberia melhor do que ele.-----Por último disse que estaria aberto a alguma questão que quisessem colocar, e a moção poderia ser uma boa base de trabalho, para que Torres Vedras pudesse de alguma forma dar o exemplo a alguns municípios da região e do país, e dentro da própria área do concelho, e que a própria Câmara pudesse ser o motor ou um parceiro exemplar, ou mais exemplar, em questões ambientais, quer para as empresas quer mesmo para os particulares.-----

-----O **Sr. José Correia** considerou que muitas das preocupações expressas na moção deviam ter o cuidado necessário e devido por parte dos municípios, tendo presente que o ambiente será talvez a discussão mais pertinente e com maior acuidade em relação ao que se passa à volta das nossas vidas e como tal o Grupo Municipal do Partido Socialista votaria favoravelmente.-----Manifestou apenas algumas dúvidas quanto à competência da Câmara Municipal para

implementação de todas as medidas plasmadas no documento, sem ser a coberto também de legislação de âmbito nacional.-----Salientou ainda que a autarquia tem já um trabalho, tanto do ponto de vista da pedagogia em relação aos cidadãos, como em termos de instrumentos de acções de preservação e de promoção dos cuidados com o ambiente e até internamente, que denota as preocupações do município.-----O **Sr. Pedro Mucharreira** disse achar bastante oportuna a apresentação da moção, e cada vez mais os municípios devem ter presente na sua actividade as questões ambientais.-----Acrescentou que hoje em dia o Município de Torres Vedras tem apostado e fomentado a nível da energia eólica, mas pensava que seria de valorizar de futuro tanto quanto possível também a energia solar, sabendo que em média o nosso país tem mais de 3000 horas solares por ano.-----Também a nível por exemplo dos combustíveis para os camiões da autarquia, pensava que seria de equacionar a utilização do bio-diesel, que tem as suas vantagens para o meio ambiente.-----O **Sr. Nozes Pires** declarou que a bancada da CDU estava inteiramente de acordo, não só com o teor mas com a oportunidade do documento em apreço. Disse que veio no momento certo, com a linguagem certa e com os objectivos adequados.-----Entendia que podia servir para as autarquias limítrofes do Oeste, lembrando que tudo o que está numa escola vai contra a defesa do ambiente e poupança, e portanto a CMTV ao tomar isto a seu cargo iria concerteza dar um excelente exemplo.-----

-----O **Sr. Flores da Cunha** começou por referir que não lhe parecia que fosse necessário legislação para que as medidas defendidas na moção fossem implementadas, sendo a autarquia que o poderá fazer por sua alta recriação, se assim o entender.-----Aproveitando o tema, lembrou mais uma vez que, para melhoria do ambiente, gostaria que a autarquia providenciasse no sentido de implementar nas zonas rurais, onde existem moradias unifamiliares, a recolha selectiva do lixo, que iria concerteza diminuir a quantidade de resíduos sólidos que seriam enviados para o aterro, poupando nos custos, e conseqüentemente também os munícipes pagariam menos pelo serviço prestado.-----O **Sr. Vale Paulos**, considerou se tratava de temas e contributos positivos, os quais em grande parte já estavam a ser implementados pelo Executivo, que também encontrará a melhor oportunidade para executar as diversas medidas preconizadas no documento em discussão.-----Indicou ainda que não existe dúvidas que a Câmara Municipal tem dado o exemplo na área do ambiente, lembrando o prémio recebido pelo Projecto Eco-21, a implementação do Plano Municipal do Ambiente e a recente criação da Divisão de Ambiente, que aumentou e fortaleceu esta equipa.-----Teve a palavra o **Sr. Presidente da Câmara** para se pronunciar sobre o assunto em título:-----Começou por salientar que a

moção tinha o seu expoente máximo de os alertar para estas questões, não só no que se refere à autarquia, mas a todos enquanto cidadãos.-----Sublinhou que em matéria local infelizmente a Câmara Municipal de Torres Vedras era a vanguarda, uma vez que eram dos poucos organismos públicos e até público-privados que tomaram medidas, muitas das quais defendidas nesta moção.-----Lembrou ainda que já desde o mandato anterior, por imposição do então Vereador do Ambiente Sr.Vale Paulos, que não se consomem aerossóis, medida que integra um conjunto de preocupações que têm vindo a ter e que se consubstanciam na formação, e que têm que continuar a apostar para atingir objectivos mais longos.-----Fez notar que se trata de um trabalho evolutivo informando que em 2005 passaram 8000 torrienses em acções de formação, divulgação e participação pelo Centro de Educação Ambiental, o município de Torres Vedras foi no Oeste o que alcançou mais Bandeiras Azuis, e o 3.º no país, e tiveram pela primeira vez uma praia com acesso a deficientes motores, estando a preparar uma 2.º candidatura para este efeito.-----Deu nota também que se tem mantido a implantação do Plano Municipal do Ambiente em parceria com a Universidade Nova de Lisboa, estabeleceram plano estratégico para a mobilidade com o Instituto Superior Técnico, em termos de transportes públicos e gradualmente se estava a implementar as medidas do Plano Director assim como da adesão à Carta Aalborg e da Agenda Local 21.-----

Informou que entre 2004 e 2005 duplicaram a recolha selectiva, considerando que é um caminho que têm que percorrer, tendo presente que, mais selecção significa menos despesa.-----

Aproveitou para manifestar a sua preocupação com este problema que afecta não só Torres Vedras, mas também os outros municípios, uma vez que no presente ano já pagaram € 30,30/ton. e a Resioeste propõe para o ano de 2006 o valor de € 39,70/ton., o que representa muito em termos orçamentais se tiverem em conta que o concelho já produz cerca de 70 mil toneladas por ano.-----

Reforçou que a recolha selectiva tem que ser um objectivo imperioso, através de mais Ecopontos e de recolhas porta à porta, vertente que a autarquia tem que começar a equacionar neste mandato e já referida pelo membro Flores da Cunha, para se fazer face aos crescentes custos que este serviço já representa no concelho.-----

Por fim deu nota que a autarquia irá celebrar um protocolo com a Valorcar, para fazer face ao problema do carros abandonados, e nos últimos 3 anos integram o Projecto Internacional Greenmed, que tem a ver com a restrição de aquisições públicas a produtos bons para o ambiente.-----

Mais uma vez frisou que a acção da Câmara é constante, mas tinham a percepção que estavam no início de uma viagem, onde existe sempre muito que fazer e melhorar, e neste caminho queriam a ajuda de todos, e

todos os contributos eram positivos.-----Por último, informou que há referências na moção que a lei ainda não lhes permitia ultrapassar, que eram do benefício fiscal, taxas ou imposição regulamentar em termos de regras construtivas, o que concertiza acontecerá mais tarde.-----

Terminadas todas as intervenções o Presidente da Mesa, *Sr. Alberto Avelino* submeteu a moção apresentada no ponto 3 à votação.-----A Assembleia Municipal deliberou, aprovar por unanimidade, a moção “Para um município amigo do ambiente”.-----

Anota-se que estavam presentes na sala 46 membros.-----

**PONTO 4 - APRECIACÃO DE UMA EXPOSIÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, NOS TERMOS DA LEI.**-----

-----Presente informação referente à actividade do município, nos meses de Dezembro do ano transacto, Janeiro e Fevereiro do corrente ano, a qual se considera reproduzida e arquivada em pasta própria dos documento referentes a esta sessão, e à sua situação financeira, nos termos da alínea e) do n.º 1 do art.º 53º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, na qual a dívida a fornecedores em 10 de Fevereiro ascendia a € 2.889.969,58 com saldo de tesouraria de € 1.731.874,23.-----

-----O *Sr. António Esteveira* lembrou que na sessão anterior tinha alertado para algumas falhas na pintura da ciclovia em Santa Cruz, sobretudo nas zonas onde a mesma atravessa a estrada, o que tornava perigosa a sua utilização. Tendo presente que o edil respondeu que a tinta ainda estava dentro da garantia, no seu entender a mesma devia ser activada para se evitar aborrecimentos no futuro.-----

-----À semelhança do seu pedido do ano transacto, solicitou um reforço de contentores de vidro e cartão para o Externato de Penafirme, durante o período escolar, uma vez que os resíduos que se produzem o justificava. Lembrou que então também sugeriu que estes contentores podiam ser deslocados durante o Verão para Santa Cruz.-----

-----O *Sr. Gonçalo Patrocínio* questionou se eram normais os valores que constam da informação financeira no que respeita à dívida a fornecedores, comparativamente aos de Dezembro.-----O *Sr. Presidente da Câmara*, informou que tinha dado conhecimento da necessidade de reforço de contentores à Resioeste e aguardavam que fosse contemplado no presente ano.-----Quanto à dívida a fornecedores esclareceu que o que não tem sido habito é terem saldo de tesouraria neste nível, uma vez que costuma ser superior, acima dos 2 milhões de euros.-----Mais

esclareceu que tem a ver com o nível de obra e de investimento que se vai fazendo sendo que este ano tinha sido executada muita obra. Tinha também que ver o valor da dívida em função do orçamento e das contas, e neste caso estavam a falar com um valor com pouco significado, e daí que as contas estavam boas.-----

**APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA:**-----

-----Tendo sido pedido pelo Presidente da Mesa, Sr. Alberto Avelino, a aprovação da minuta da acta da presente assembleia, foi a mesma, aprovada por unanimidade, sem prejuízo de eventual correcção ou precisão a fazer no texto definitivo.-----

**ENCERRAMENTO:**-----

-----Pelas 23.35 horas, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente sessão, o que mereceu a concordância de todos os membros da Assembleia.-----Para constar se lavrou a presente acta, que depois de elaborada pelo Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, Sr. António Fortunato, vai ser subscrita pela Mesa da Assembleia.-----

---

---

---